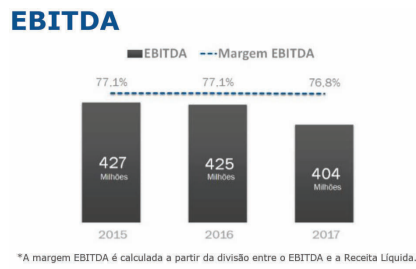
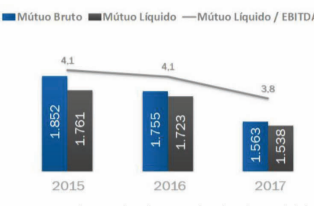


RELATÓRIO ANUAL 2017



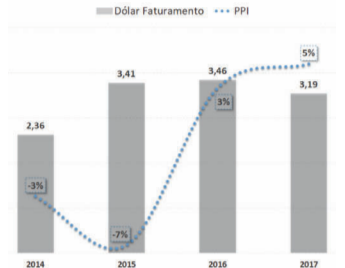
\*A margem EBITDA é calculada a partir da divisão entre o EBITDA e a Receita Líquida.

Endividamento



\*Mútuo com partes relacionadas descontadas das disponibilidades.

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS. Receita Bruta:** Em 2017, a receita com minério de ferro foi de R\$ 571 milhões, representando uma redução de 6% em relação a receita de 2016. A queda resultou principalmente pela variação do dólar de faturamento. Em contrapartida, o início das operações no T-Oil resultou em uma receita adicional de R\$ 5 milhões em 2016 e R\$ 9 milhões em 2017, um aumento de 81% de um ano para o outro. Com isso, o resultado do T-Oil passou a representar em 2017, 2% da receita bruta. **Composição de Ebitda:**



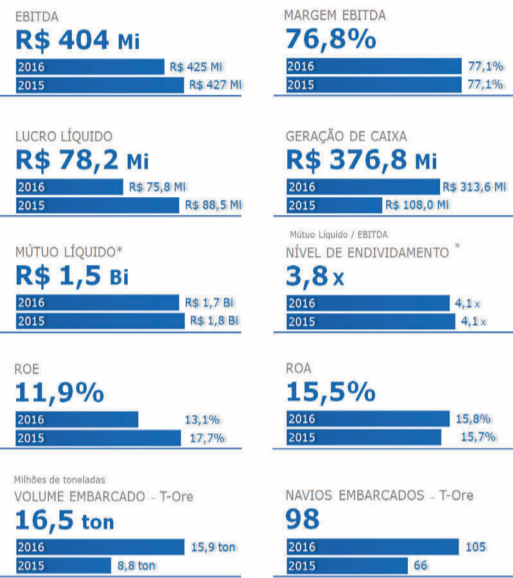
A receita líquida de 2017 apresentou uma queda de 4,5% comparado a 2016. Junto a isto, houve também uma redução nos custos e despesas operacionais de 3,1%, em função da forte disciplina no controle de gastos.

	2017	2016	2015
<b>OpEx - R\$ Mil</b>			
Pessoal	57.325	50.582	55.694
Depreciação e Amortização	37.722	44.153	(126.869)
Serviços de Terceiros	29.254	32.138	(126.134)
Aluguéis e Arrendamentos	6.203	7.071	426.825
Seguros	4.188	4.522	424.783
Consumíveis	36.278	29.815	403.661
Viagens e Representações	391	511	
Outros	2.805	8.119	
<b>Total</b>	<b>174.166</b>	<b>176.880</b>	

Os custos e despesas de 2017 totalizaram R\$ 174,2 milhões, apresentando uma queda de R\$ 2,7 milhões em relação a 2016. O principal impacto ocorreu na linha de depreciação, em virtude da aceleração dos créditos de PIS/COFINS sobre as edificações. **Lucro Líquido.** O Lucro Líquido de 2017 foi de R\$ 78 milhões, representando uma margem líquida de 15%. Houve um acréscimo de 3% em relação a 2016, ocasionado principalmente pela redução no pagamento de juros sobre mútuo, devido à queda da taxa Selic (Selic 2016: 14,0% a.a. ss. Selic 2017: 9,9% a.a.). **SEGURANÇA E SUSTENTABILIDADE. Sustentabilidade:** A FERROPORT acredita que a sustentabilidade de suas atividades é principalmente alcançada pela segurança ambiental e pela contribuição efetiva para o desenvolvimento local e a inclusão social. Deste modo, a Companhia busca estar próxima as comunidades locais, baseada na transparência das informações e na construção de um espaço de diálogo permanente, com o objetivo de identificar parceiros e oportunidades, que possam contribuir para a melhoria da qualidade de vida e geração de renda para as comunidades locais. Em 2017, a FERROPORT ampliou sua atuação na região, desenvolvendo novas parcerias e ações para o desenvolvimento social, tendo como foco a capacitação e impactando, aproximadamente, 3.000 pessoas. O reconhecimento deste trabalho em 2017 veio através de uma Moção de Aplausos concedida pela Câmara de Vereadores de São João da Barra à FERROPORT por desenvolver programas de geração de trabalho, renda e resgate cultural, e com a Diplomação de Honra ao Mérito concedida pela Prefeitura de São João da Barra pela atuação da FERROPORT, pelas ações de qualificação e capacitação profissional de mais de 1.500 pessoas. **Programa de Educação Ambiental:** Programa desenvolvido em parceria com a Prefeitura Municipal de São João da Barra e filiado a União dos Escoteiros do Brasil – UEB. O Grupo dos Escoteiros do Mar 129º GEMAR São João da Barra, encerrou o ano de 2017 com o reconhecimento da sociedade São-Joanense sobre a importância do escotismo para o desenvolvimento dos jovens. Contando com 10 adultos voluntários, que dedicam seu tempo na aplicação da metodologia escoteira, e contribuem para o desenvolvimento da consciência crítica, respeito ao meio ambiente, inclusão social e formação cidadã dos jovens. Atualmente, o programa conta com a participação de mais de 50 jovens entre 6 e 17 anos. As atividades são desenvolvidas em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente no Espaço da Ciência em Atafona. **Programa de Comunicação Social:** Este programa visa estabelecer o compromisso de criar e manter canais de comunicação com as comunidades locais e informar sobre os principais aspectos e impactos sociais e ambientais. É baseado no diálogo permanente com as comunidades através de relacionamento

**MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO.** Inicialmente, queremos agradecer a todos que de alguma forma contribuíram para o desenvolvimento da Ferroport em 2017. Especialmente aos nossos acionistas, pela confiança e credibilidade, e aos nossos colaboradores pelo comprometimento e trabalho eficaz. Estamos animados com os resultados alcançados este ano. Apesar do longo período de crise econômica e recessão vivido em nosso país, conquistamos ótimos resultados financeiros e operacionais. Em 2017, atingimos a marca de 16,5 milhões de toneladas de minério de ferro embarcadas, o maior volume anual desde o início das operações, além do EBITDA de R\$ 404 milhões. Seguimos determinados a alcançar a visão da companhia de "se tornar referência mundial em segurança, eficiência e sustentabilidade em operações portuárias de graneis". Para 2018, esperamos muitos desafios e certamente mais conquistas. As dificuldades não serão empecilho para continuarmos comprometidos com o objetivo de nos consolidarmos como uma das melhores empresas do setor de transporte e logística do Brasil. **Performance Operacional & Financeira.** No ano de 2014, a Ferroport entrou em operação através da realização do primeiro embarque de aproximadamente 80 mil toneladas de minério de ferro. Em 2016, a empresa embarcou 15,9 milhões de toneladas de minério de ferro em 105 navios, e em 2017, foram 16,5 milhões de toneladas embarcadas em 98 navios. Ainda em 2017, foram realizadas as primeiras manobras noturnas no terminal, após aprovação dos órgãos competentes. Além disso, ocorreu também neste ano o recorde de carregamento em um navio Capezize, com 202 mil toneladas de minério de ferro. A Ferroport alcançou em 2017 um EBITDA de R\$ 404 milhões com uma margem de 77% da receita líquida, em virtude do forte controle de custos realizado durante o exercício. **Segurança e Sustentabilidade.** A segurança operacional é um compromisso negociável na Ferroport e, por este motivo, mantemos todos os colaboradores atentos as melhores práticas de segurança no trabalho. Para demonstrar a efetividade dos trabalhos de conscientização e acompanhamento dos funcionários, em 2017 não ocorreu nenhum acidente com afastamento entre funcionários próprios e terceiros sob responsabilidade da companhia. **Nossos Valores.** Na Ferroport, temos um jeito próprio e especial de trabalhar, que engloba responsabilidade com o próximo, profissionalismo, companheirismo e competência, resumidos em cinco valores fundamentais. São eles: • Segurança • Responsabilidade socioambiental • Respeito • Foco no resultado • Nosso jeito

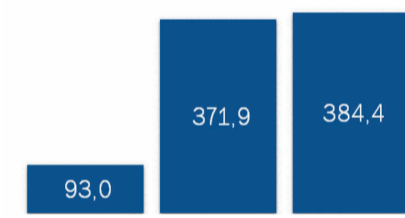
HIGHLIGHTS 2017:



\*Mútuo com partes relacionadas descontadas das disponibilidades. A performance operacional seguiu evoluindo em 2017, e alcançamos mais um recorde de produção com um volume de 16,5 milhões de toneladas de minério de ferro embarcadas. Um crescimento de 87% se comparado ao volume embarcado em 2015 e de 4% em relação a 2016. Desde o início das operações, foram embarcadas 41 milhões de toneladas de minério de ferro, sendo o principal destino os clientes da Anglo American na Ásia.



Amortização do Mútuo



Nos últimos três anos a margem EBITDA se manteve próxima de 77% da receita líquida, demonstrando a eficiência das operações. Em 2017, foi amortizado um total de R\$ 384,4 milhões do mútuo com os acionistas. Os saldos remanescentes devem ser amortizados até 2030.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)			
Ativo	Nota	2017	2016
<b>Ativo Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	25.028	32.580
Contas a receber de partes relacionadas	11	97.065	132.317
Estoque	5	20.016	18.322
Impostos a recuperar	7	43.327	5.427
Instrumentos financeiros derivativos	21	-	3.303
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	6	785	3.994
Despesas antecipadas		2.893	2.542
Outros		7.647	4.039
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>196.761</b>	<b>202.524</b>
<b>Ativo não circulante</b>			
Depósitos judiciais	8	34.755	33.036
Impostos a recuperar	7	36.064	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	-	60.667
Partes relacionadas - ativo a ser transferido	11	210.102	210.102
Imobilizado	9	2.125.745	2.182.158
Intangível	10	2.515	3.313
Diferido		4.438	5.076
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>2.413.619</b>	<b>2.494.352</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>2.610.380</b>	<b>2.696.876</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)			
Passivo e patrimônio líquido	Nota	2017	2016
<b>Passivo circulante</b>			
Fornecedores		41.751	39.032
Salários e encargos a pagar		13.915	10.878
Impostos a recolher	12	5.328	5.359
Instrumentos financeiros derivativos	21	775	-
Imposto de renda e contribuição social a pagar	12	18.712	740
Partes relacionadas - empréstimos e contas a pagar	11	128.123	126.108
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>208.604</b>	<b>182.117</b>
<b>Passivo não circulante</b>			
Imposto de renda e contribuição social a pagar	12	33.453	31.826
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	6.886	-
Partes relacionadas - empréstimos e contas a pagar	11	1.648.930	1.844.053
Receita diferida com partes relacionadas	11	55.029	57.223
Provisão para contingências	13	2.937	2.825
Outros		420	419
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>1.747.655</b>	<b>1.936.346</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	14		
Capital social		414.397	414.397
Reservas de capital		94.589	94.589
Reservas para contingências		138.357	64.109
Reserva legal		7.282	3.374
Outros resultados abrangentes		(504)	1.944
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>654.121</b>	<b>578.413</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>2.610.380</b>	<b>2.696.876</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)						
	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva para contingências	Reserva legal	Outros resultados abrangentes
Saldos em 1º de janeiro de 2016	14	414.397	94.589	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	(8.313)
Instrumentos financeiros derivativos – Contabilidade de Hedge		-	-	-	-	1.945
Constituição das reservas – destinação do lucro		-	-	64.109	3.374	(67.483)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		414.397	94.589	64.109	3.374	1.944
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	78.155
Instrumentos financeiros derivativos – Contabilidade de Hedge		-	-	-	-	(2.448)
Constituição das reservas – destinação do lucro		-	-	74.247	3.908	(78.155)
Saldos em 31 de dezembro de 2017		414.397	94.589	138.356	7.282	(504)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais, exceto quanto mencionado em contrário)**

**1 Contexto operacional.** Em 2007, a Ferroport Logística Comercial Exportadora S.A. ("Ferroport" ou a "Companhia"), conhecida anteriormente como LLX Minas-Rio Logística Comercial Exportadora S.A., localizada no Estado do Rio de Janeiro, Rua da Passagem 123/ 11º andar – Botafogo, foi constituída com o objetivo de desenvolver e operar instalações portuárias e de prestar serviços de suporte logístico. A Ferroport é coproprietária de uma área de 300 hectares no Porto do Açú, que é destinada ao processamento, movimentação, armazenamento e pelotização de minério de ferro, estrutura *offshore* formado por uma ponte de acesso, canal de acesso, quebra-mar e dois berços para o carregamento de minério de ferro. O desenvolvimento do projeto foi estabelecido pelo "Framework Agreement and Asset Allocation Agreement" ("Acordo"), que determina as relações operacionais e comerciais entre a Companhia, a Prumo Participações e Investimentos S.A. ("Prumo-par"), e a subsidiária da Prumo, a Açú Petróleo S.A. ("Açú Petróleo") e a Anglo American Minério de Ferro do Brasil S.A. ("AAMFB"). O Acordo prevê que a Ferroport é responsável pela construção do terminal portuário T1, e define a alocação dos ativos entre as partes, as formas de pagamento, a transferência de ativos divisíveis à AAMFB e as regras de copropriedade para os ativos indivisíveis. Os ativos são transferidos aos acionistas de acordo com a fórmula definida no Acordo ao custo de construção. Com a entrega dos ativos, a Companhia reconhece o ganho relacionado ("ganho de *Mark-up*"). A Companhia registra sua parcela de participação no porto e em outros ativos proporcionalmente ao montante total investido na construção desses ativos. As condições comerciais e operacionais dos acordos mencionados considera o compromisso de *Take or Pay* pela AAMFB de um volume de 26,6 milhões de toneladas métricas úmidas (WMT) por ano para o embarque de minério de ferro, sujeito à disponibilidade de capacidade do porto, por US\$7,10 (sete dólares e dez centavos) por WMT, com base nos termos de 1o de Julho de 2013, para ser atualizado anualmente pelo Índice de Preços do Produtor dos Estados Unidos ("PPI") até o primeiro carregamento, e en-

Demonstrações dos resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)		
	2017	2016
Lucro líquido do exercício	78.155	75.796
<b>Outros resultados abrangentes</b>		
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado:		
Instrumentos financeiros derivativos – ganho (perda) de hedge accounting	(3.709)	2.946
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	1.261	(1.002)
Total dos resultados abrangentes do exercício	75.707	77.740

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

ção, a partir desta data em diante atualizado por 2/3 do PPI por ano a cada 1º de janeiro. A tarifa reduzida é aplicável ao volume embarcado de minério de ferro, que exceda os 26,6 milhões WMT no ano. O prazo do contrato é de 25 anos. O "Port Access Agreement" ("Acordo de acesso ao Porto") firmado com os acionistas determina que a Ferroport é responsável pela manutenção da infraestrutura *offshore*, incluindo a dragagem do canal de acesso e a manutenção do quebra-mar e, consequentemente, cobrará tarifas portuárias com base no número de navios, tempo de atracação e o volume de transbordo de petróleo. Em outubro de 2014, a Companhia entrou em operação com a realização do primeiro embarque de aproximadamente 80 mil toneladas de minério de ferro. Em junho de 2015, os acionistas assinaram o Side Agreement to Shareholders Agreement ("Acordo"), que estabeleceu os termos e condições para a amortização dos saldos dos mútuos, incluindo a fórmula de cálculo para definição do caixa disponível e o caixa mínimo necessário para operação da empresa e o prazo de pagamentos mensais. O Acordo entrou em vigor em 1º de janeiro de 2016 e a amortização dos saldos dos mútuos deverá ocorrer até no máximo em 31 de dezembro de 2030. Em 2016, a Companhia concluiu a dragagem de aprofundamento do canal de acesso

próximo, ético e sustentável e no respeito e confiança mútua. As principais ações são: - Grupos de Diálogo: Para melhor entendimento da realidade local, a FERROPORT esteve presente periodicamente nas comunidades, identificando os principais stakeholders e criando oportunidades de espaços de diálogo. Esses espaços naturalmente foram sendo apropriados pela comunidade, que passaram a utilizá-los como fórum para discussão de problemas comuns e identificação de oportunidades de melhorias. Em 2017, a Ferroport ampliou e promoveu encontros em novos locais, em parceria com a Prefeitura de São João da Barra, utilizando os centros de referência da assistência social, as associações de moradores e a colônia de pesca, e desenvolvendo um papel de articulador social. - Publicação do Periódico "Ferroport Comunidade" e "Nosso Jeito": Em 2017, foi ampliada a abrangência do periódico "Ferroport Comunidade" e iniciou-se a publicação do encarte "Nosso Jeito" em parceria com o RH. Os periódicos se consolidaram como importante canal de informação sobre as atividades da empresa. - Monitoramento do Canal 0800: Canal direto de relacionamento com a comunidade, desenvolvido em conjunto com a Prumo Logística. Todas as ligações são registradas e as reclamações da população sobre qualquer assunto relacionado ao Porto do Açú são encaminhadas para os responsáveis e retornado ao reclamante em até 5 dias úteis. - Ações de Qualificação Profissional e Geração de Renda: Desenvolvido em parceria com a Prefeitura de São João da Barra e Sistema FIRJAN, as ações visaram contribuir para a qualificação da mão de obra local e, consequentemente, aumento das oportunidades de emprego, por meio de cursos e oficinas. Em 2017, mais de 900 pessoas foram qualificadas em diversas ações. - Programa Portas Abertas: O propósito deste programa é de fortalecimento do relacionamento da FERROPORT com seus funcionários e familiares. Em 2017, 200 participantes entre funcionários e familiares da FERROPORT e Anglo American, prestadores de serviço e a comunidade de Barra do Açú visitaram as instalações para entender melhor como funciona a operação do Terminal de Minério de Ferro. - Voluntariado: Viabilização de ações sociais com intuito de promover o envolvimento dos funcionários, da empresa e de comunidades vizinhas em programas sociais. - Caminhada Saúde de Ferro: A FERROPORT em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde de São João da Barra, realizaram o Projeto Caminhando com Saúde, que teve como foco a promoção de atividade física na terceira idade para melhorar a qualidade de vida dos idosos. A caminhada foi realizada nas localidades de Atafona e Campo de Areia, com 120 participantes no total. Essa iniciativa ficou entre as 14 melhores do país, sendo premiada pelo Ministério da Saúde e pela Fundação Oswaldo Cruz. **Sistema de Gestão Integrada:** A FERROPORT desenvolveu e vem implementando o sistema de gestão de sustentabilidade, que é baseado nas normas internacionais ISO 9001:2015, ISO 14.001:2015 e OHSAS 18.001:2007 (ISO 45.000:2016). Este sistema demonstra o compromisso da FERROPORT em garantir que suas operações estejam em conformidade com as normas e padrões mais elevados de gestão da qualidade dos serviços de logística portuária. Em 2017, foi realizada uma auditoria evidenciando a aderência do Sistema de Gestão Integrada aos requisitos das normas internacionais selecionadas, com a conclusão da documentação e da etapa de planejamento do ciclo de PDCA (Plan, Do, Check, Act). **Segurança.** Esses espaços naturalmente foram sendo apropriados pela comunidade, que passaram a utilizá-los como fórum para discussão de problemas comuns e identificação de oportunidades de melhorias. Em 2017, a Ferroport ampliou e promoveu encontros em novos locais, em parceria com a Prefeitura de São João da Barra, utilizando os centros de referência da assistência social, as associações de moradores e a colônia de pesca, e desenvolvendo um papel de articulador social. - Publicação do Periódico "Ferroport Comunidade" e "Nosso Jeito": Em 2017, foi ampliada a abrangência do periódico "Ferroport Comunidade" e iniciou-se a publicação do encarte "Nosso Jeito" em parceria com o RH. Os periódicos se consolidaram como importante canal de informação sobre as atividades da empresa. - Monitoramento do Canal 0800: Canal direto de relacionamento com a comunidade, desenvolvido em conjunto com a Prumo Logística. Todas as ligações são registradas e as reclamações da população sobre qualquer assunto relacionado ao Porto do Açú são encaminhadas para os responsáveis e retornado ao reclamante em até 5 dias úteis. - Ações de Qualificação Profissional e Geração de Renda: Desenvolvido em parceria com a Prefeitura de São João da Barra e Sistema FIRJAN, as ações visaram contribuir para a qualificação da mão de obra local e, consequentemente, aumento das oportunidades de emprego, por meio de cursos e oficinas. Em 2017, mais de 900 pessoas foram qualificadas em diversas ações. - Programa Portas Abertas: O propósito deste programa é de fortalecimento do relacionamento da FERROPORT com seus funcionários e familiares. Em 2017, 200 participantes entre funcionários e familiares da FERROPORT e Anglo American, prestadores de serviço e a comunidade de Barra do Açú visitaram as instalações para entender melhor como funciona a operação do Terminal de Minério de Ferro. - Voluntariado: Viabilização de ações sociais com intuito de promover o envolvimento dos funcionários, da empresa e de comunidades vizinhas em programas sociais. - Caminhada Saúde de Ferro: A FERROPORT em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde de São João da Barra, realizaram o Projeto Caminhando com Saúde, que teve como foco a promoção de atividade física na terceira idade para melhorar a qualidade de vida dos idosos. A caminhada foi realizada nas localidades de Atafona e Campo de Areia, com 120 participantes no total. Essa iniciativa ficou entre as 14 melhores do país, sendo premiada pelo Ministério da Saúde e pela Fundação Oswaldo Cruz. **Sistema de Gestão Integrada:** A FERROPORT desenvolveu e vem implementando o sistema de gestão de sustentabilidade, que é baseado nas normas internacionais ISO 9001:2015, ISO 14.001:2015 e OHSAS 18.001:2007 (ISO 45.000:2016). Este sistema demonstra o compromisso da FERROPORT em garantir que suas operações estejam em conformidade com as normas e padrões mais elevados de gestão da qualidade dos serviços de logística portuária. Em 2017, foi realizada uma auditoria evidenciando a aderência do Sistema de Gestão Integrada aos requisitos das normas internacionais selecionadas, com a conclusão da documentação e da etapa de planejamento do ciclo de PDCA (Plan, Do, Check, Act). **Relacionamento com auditores independentes.** Em atendimento a instrução normativa CVM nº 381/2003, informamos que a KPMG Auditores Independentes ("KPMG") presta serviços de auditoria externa para a Ferroport relacionados ao exame das demonstrações financeiras. Na contratação de serviços não relacionados à auditoria independente, a Companhia adota procedimentos que se fundamentam na legislação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência e objetividade do auditor. Esses princípios consistem em: (i) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, e (ii) o auditor não deve atuar, gerencialmente, perante seu cliente nem tão pouco promover os interesses desse cliente. **Declaração da diretoria.** Nos termos da instrução CVM 480/09, os diretores da Ferroport declaram que discutiram, reviram e concordaram com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Rio de Janeiro, A Administração.

Demonstrações dos resultados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)			
	Nota	2017	2016
Receita operacional líquida	15	523.681	548.366
Custos dos serviços prestados	16	(141.716)	(150.459)
<b>Lucro bruto</b>		<b>381.965</b>	<b>397.907</b>



sim, o Acordo de Acesso ao Porto. Em 2017, Açu Petróleo realizou 14 operações em 28 navios embarcando aproximadamente 1,8 milhões de toneladas métricas de petróleo. Desde o início das operações em agosto de 2016, foram realizadas 21 operações em 42 navios Suezmax. Em 2017, a Companhia embarcou 16,5 milhões de toneladas de minério de ferro através de 98 navios (15,9 milhões de toneladas em 105 embarcações em 31 de dezembro de 2016). Desde o início das operações, em outubro de 2014, a Companhia carregou 41,4 milhões de toneladas de minério de ferro, atingindo a marca de 272 embarcações atracadas no porto. Em abril de 2017, a empresa realizou o maior volume carregado em uma mesma embarcação através do navio Aboy Karlie, que foi carregado com 202 mil toneladas de minério de ferro. Após a aprovação da Marinha em julho de 2017, foi realizada a primeira manobra de desatracação noturna em novembro de 2017.

<b>2 Licenças</b>	<b>Data de emissão</b>	<b>Vencimento</b>
<b>Tipo</b>		
Permite o gerenciamento da fauna terrestre no porto pela companhia Ecologus Engenharia Consultiva LI no. IN 30418 Autorização ambiental provisória com vencimento em setembro/18 (Renovação de licença solicitada - Protocolo de E-07/002.8027/2015)	29 de abril de 2015	30 de setembro de 2018

A Permissão para o Uso de Recursos Hídricos - OUT IN023738 autoriza a extração de água por meio de poços tubulares, para consumo humano, e outras aplicações (na construção civil e para ser borrifada nas estradas), na Bacia Hidrográfica RH-IX – Baixo Paraíba do Sul	10 de julho de 2013	10 de julho de 2018
INEA (Instituto Estadual do Ambiente): Licença de Operações (LO) para o recebimento de minério de ferro, unidade de transferência de minério de ferro do pátio de armazenamento, pier de carregamento, áreas de utilidades e oficina de reparos, área administrativa, dragagem para manutenção do calado para acesso e navegação, transbordo de resíduos de embarcações e atividades de carregamento de alimentos, insumos de água potável em embarcações. Procedimento Regulatório 027024 (AVB002815).	2 de setembro de 2015	22 de dezembro de 2018
Renovação de licença por mais 6 anos - AVB003584.	2015	2023
ANTAQ (Agência Nacional de Transportes Aquaviários) autoriza a Ferroport a iniciar a operação do terminal portuário.	2 de setembro de 2014	2 de setembro de 2019

Permissão para o reabastecimento temporário, pelo uso de caminhões-tanque, rebocadores, e lanchas no terminal de minério de ferro do Porto do Açu - LI no. IN 32632 Autorização ambiental provisória com vencimento dezembro de setembro/18 (Renovação de licença solicitada - E-07/002.9935/2015)
 8 de setembro de 2015 | 30 de setembro de 2018 |

**3 Base da preparação e apresentação das demonstrações financeiras. a. Declaração de conformidade.** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"), em observância das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, iniciada com a Lei 6.404/76 com atualizações da Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, complementados por novos pronunciamentos, interpretações e orientações de emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Os diretores da Companhia autorizam a conclusão destas demonstrações financeiras em 28 de março de 2018. **b. Base de mensuração.** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelo caixa e instrumentos financeiros derivativos, que foram mensurados pelo valor justo. **c. Moeda funcional e de apresentação.** Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação. Saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (Real) nas taxas de câmbio de cada final de período. **d. Caixa e equivalentes de caixa.** Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com o propósito de honrar compromissos de curto prazo e não para investimentos ou outros propósitos. A Companhia considera equivalentes de caixa um investimento de curto prazo com um prazo de três meses ou menos, que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. **e. Instrumentos financeiros.** Ativos financeiros são inicialmente reconhecidos, como ativos financeiros a um valor justo por meio de resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros disponíveis para venda. Ativos financeiros são inicialmente reconhecido a um valor maior que o valor justo, no caso de ativos financeiros não registrados a valores razoáveis por meio de lucro ou perda, os custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. A mensuração subsequente dos ativos financeiros a um valor justo por meio do resultado é registrada no balancete no valor justo, e seus ganhos e perdas correspondentes são reconhecidos nas demonstrações das operações. Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração eventuais descontos na aquisição, taxas ou outros custos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva. A cada exercício, a Companhia avalia se há evidências objetivas de redução do valor recuperável de um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros. Quando houver evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro. Quando aplicável, o valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Um ativo financeiro é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem e/ou quando a Companhia transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, e tiver transferido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo. Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como "outros passivos" e não são medidos a um valor justo (ou seja, empréstimos e financiamentos). Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a um valor justo e líquido dos custos de transação diretamente atribuíveis, e são subsequentemente medidos a um custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos em lucro ou prejuízo. Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação por revogada ou cancelada, ou quando expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo. A diferença dos respectivos valores contábeis será reconhecida na demonstração do resultado. O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado. O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. **Estoque.** Os estoques são representados por itens de manutenção e avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o valor de mercado. **g. Imobilizado.** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo, e o custo de construção incluem: • O custo de materiais e mão de obra direta; • Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; e • Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao bem e que o custo possa ser mensurado com segurança. O valor contábil da peça substituída é baixado. Todos os demais reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado, no período incorrido. Itens do imobilizado são depreciados base no método linear, considerando a vida útil econômica dos bens (conforme descrito na nota 8). Terrenos não são depreciados. Itens do imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e disponíveis para uso. A Companhia classifica como obras em andamento todas as obras civis desde a fase de construção e instalação até o início de operação, quando são reclassificadas para as contas correspondentes de bens em operação. **h. Ativos intangíveis.** Ativos intangíveis são representados por *software* adquiridos pela Companhia com vida útil definida, sendo mensurados pelo custo, menos amortização e perdas de valor recuperável, quando aplicável. **i. Ativos diferidos.** A Lei no. 11.941/09 e os CPCs 43 (R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos, CPCs 15 a 41 - extinguíram o ativo diferido, permitindo que o saldo acumulado até 31 de dezembro de 2008 deve ser amortizado em 10 anos, após a entrada em operação, sujeito ao teste de *impairment*. Este ativo diferido está demonstrado ao custo de formação e representa gastos pré-operacionais incorridos pela Companhia até 31 de dezembro de 2008. A amortização deste ativo diferido teve início em outubro de 2014, com duração de 10 anos. **j. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*).** A cada data do balanço, a Companhia avalia se há evidências de redução do valor recuperável de um ativo financeiro. Se houver evidências ou se for necessário submeter um ativo a teste de *impairment*, a Companhia estima o valor recuperável deste ativo. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor justo do ativo ou da unidade geradora de caixa menos despesas de venda e o seu valor em uso. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto (antes de impostos) que reflete as condições de mercados vigentes quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a outros ativos (exceto ágio) é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida em anos anteriores. **k. Provisões.** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de um evento passado, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. **l. Receita opera-**

**cional.** A receita é reconhecida pelo regime de competência a prestação do serviço atrelado a armazenagem, embarque, operações logísticas e acesso ao porto. **m. Receitas e despesas financeiras.** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, reconhecida no resultado. As despesas financeiras incluem despesas com juros sobre empréstimos de partes relacionadas. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método da taxa efetiva de juros. Após o início das operações, cessou a capitalização dos custos de empréstimo e as despesas são reconhecidas no resultado. Os juros pagos sobre empréstimos no ano são apresentados no fluxo de caixa das atividades operacionais. **n. Imposto de renda e contribuição social.** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social e diferenças temporárias existentes entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legalmente exequível de compensar passivos e ativos fiscais, e quando lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade sujeita à tributação. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são revisados anualmente e reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável, quando aplicável. **o. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes).** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. **p. Uso de estimativas e julgamentos.** A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As estimativas contábeis são reconhecidas no período em que são revisadas em quaisquer períodos futuros afetados. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Os principais aspectos que podem ser afetados pelo uso de estimativas são: imposto de renda e contribuição social diferidos, determinação da vida útil dos ativos fixos e intangíveis, perda do valor recuperável de ativos não financeiros, provisão para ações judiciais e cálculo do valor justo de instrumentos financeiros. A liquidação futura das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. **q. Impacto esperado com a emissão das novas normas de IFRS/CPC.** A Companhia avaliou os impactos iniciais da adoção das novas normas (IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e IFRS 15 - Contratos com clientes) que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, que são os seguintes: IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (CPC 48 - Instrumentos Financeiros): Em dezembro de 2016 o CPC 48 foi emitido, equivalente ao IFRS 9. Substituirá o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (IAS 39) e tem como principais modificações: (i) exigências de impairment para ativos financeiros, aplicando o modelo híbrido de perdas esperadas e incorridas, substituindo o atual modelo de perdas incorridas; (ii) novos critérios para classificação e mensuração de ativos financeiros; e (iii) torna os requisitos de contabilidade de hedge menos rigorosos. O CPC 48, em geral, deve ser aplicado retrospectivamente, a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia fez uma análise preliminar de seus ativos e passivos financeiros e não identificou impactos significativos da adoção da nova norma a partir de 1º de janeiro de 2018. IFRS 15 - Receita de contratos com clientes (CPC 47 - Receita de contratos com clientes): A IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quanto e quando a receita é reconhecida. Substitui a orientação de reconhecimento de receita existente, incluindo a CPC 30 (IAS 18) Receita, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelização de Clientes. A IFRS 15 é efetiva para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia fez uma análise preliminar dos efeitos que essa norma pode ter sobre as demonstrações financeiras, e concluiu que não haverá mudanças materiais. A Companhia está atualmente analisando eventuais impactos desta norma nas informações trimestrais. IFRS 16 - Arrendamento (CPC equivalente ainda não emitido): A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. Substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia ainda não mensurou o impacto da adoção do IFRS 16 sobre seus ativos e passivos. O efeito quantitativo dependerá, entre outros, do método de transição escolhido, do grau em que a Companhia usa expedientes e isenções de reconhecimento, e quaisquer arrendamentos adicionais que a Companhia celebrar.

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>4 Caixa e equivalentes de caixa</b>		
Caixa e bancos	249	776
Equivalentes de caixa	21.255	28.538
Operações compromissadas	3.524	3.266
Fundos de investimentos	<b>25.028</b>	<b>32.580</b>

Investimentos de curto prazo com alta liquidez e conversíveis em caixa e sujeitos a um risco insignificante de mudança no seu valor. O retorno médio sobre os investimentos em 2017 e 2016 foram 101,37% e 100,18% da taxa de Depósitos Interbancários (CDI), respectivamente. O portfólio atualmente consiste em fundos de investimento e certificados de depósito emitidos pelo Banco ABC e pelo Santander, respectivamente.

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>5 Estoques</b>		
Peças de reposição (manutenção)(a)	20.016	18.322
	<b>20.016</b>	<b>18.322</b>

(a) Em 2017, o valor dos estoques aplicados na manutenção de equipamentos totalizou R \$ 18.322 (R \$ 20.016 em 2016). **6 Imposto de renda e contribuição social.** As movimentações nos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são as seguintes:

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Ativos		
Prejuízos fiscais	8.625	11.064
Diferenças temporárias:		
Diferença entre a base de impostos e o valor contábil – ativos diferidos (a)	44.519	(44.519)
Créditos de impostos originários de incorporação (b)	42.564	(9.459)
Outros	13.610	(13.610)
Total de imposto diferido ativo	<b>109.318</b>	<b>(65.149)</b>
Passivos		
Diferença entre a base de impostos e o valor contábil das taxas de depreciação	(48.651)	14.032 (34.619)
Temporary differences:		
Juros capitalizados	-	(5.760) (5.760)
Outros	-	(2.467) (2.467)
Reversão de provisões	-	(8.209) (8.209)
Total de imposto diferido passivo	<b>(48.651)</b>	<b>(2.404) (51.055)</b>
Efeito líquido	<b>60.667</b>	<b>(67.553) (6.886)</b>

(a) Refere-se ao reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças entre o tratamento fiscal e contábil das despesas diferidas de 1º de janeiro de 2009 até o mês de outubro de 2014. Para fins contábeis, no início de 2009, as despesas pré-operacionais foram registradas em despesas enquanto que para fins tributários foram consideradas despesas diferidas. Essas despesas diferidas foram amortizadas desde o início das operações da Companhia em outubro de 2014 e serão amortizadas em 10 anos. (b) Em 30 de Junho de 2014, a acionista da Companhia Centennial Asset Participações Minas-Rio S.A. e parte dos ativos cindidos da Anglo American Participações Ltda. foram incorporados na Ferroport com o objetivo de simplificar a estrutura de propriedade dos investimentos da Anglo American no Brasil, reduzindo os custos e o número de entidades legais, simplificando os procedimentos para distribuir os lucros dentro da estrutura corporativa e permitindo uma melhor utilização dos impostos corporativos disponíveis para a Ferroport na lei brasileira. A recuperação dos ativos fiscais diferidos baseia-se em um plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração. A Administração da Companhia avalia o valor contábil dos ativos fiscais diferidos com base na receita futura tributável da Companhia e mantém estes ativos no seu valor de realização esperado. A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social e o valor ao se aplicar a taxa nominal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foram os seguintes:

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Resultado antes de impostos de renda e contribuição social	161.154	114.947
Imposto de renda e contribuição social à taxa efetiva de 34%	(54.793)	(39.082)

**Ajustes permanentes:**  
Doações não dedutíveis - (69)  
Outros 274

**Ajustes fiscais:**  
Diferido sobre diferença de taxa de depreciação contábil x fiscal (23.593) -  
PERT (Programa de regularização tributária) (9.256) -  
Outros 4.369 -  
**(82.999) (39.151)**

Imposto de renda e contribuição social corrente (14.137) -  
Imposto de renda e contribuição social diferidos (68.862) (39.151)  
Imposto de renda e contribuição social totais **(82.999) (39.151)**  
Alíquota efetiva **52% 34%**

**7 Impostos a recuperar**  
Imposto de renda – Antecipação 1.347 -  
Contribuição social – Antecipação 229 -  
PIS e COFINS (a) 77.747 302  
IRRF - 5,049  
ISS 68 76  
Subtotal impostos a recuperar **79.391 5.427**  
Impostos a recuperar 784 2,583  
Contribuição social 1 1,411  
Total de imposto de renda e contribuição social a recuperar **80.176 9.421**

Total 44.112 9,421  
Circulante 36,064 -  
Não circulante - -  
(a) Em novembro de 2017, a companhia reconheceu R\$ 72.127 de créditos de pis e cofins sobre construção, conforme previsto na lei 11.488/07.

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>8 Depósito judicial</b>		
Imposto de renda e contribuição social (a)	33.453	31.826
Outros	1.302	1.210
	<b>34.755</b>	<b>33.036</b>

(a) A Companhia questiona a exigibilidade de imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido em sua fase pré-operacional, e impetrou um mandado de segurança em janeiro de 2008, realizando depósito judicial no montante de R\$ 16.403. A Ferroport obteve decisão desfavorável e está aguardando o julgamento de seu recurso. O valor depositado foi declarado integralmente em "Impostos a pagar".

	<b>Taxa de Depreciação anual</b>	<b>Custo</b>	<b>Depreciação acumulada</b>	<b>Saldo líquido em 2017</b>	<b>Saldo líquido em 2016</b>
Benefeitorias	4	69.228	(67.925)	1.303	1.192
Móveis e utensílios	10	677	(367)	310	338
Veículos	20	904	(896)	8	8
Equipamentos de informática	20	6.579	(1.820)	4.759	3.058
Máquinas e equipamentos	10	6.910	(1.700)	5.210	3.315
Equipamentos eletrônicos	20	5.504	(3.292)	2.212	2.290
Defensas	10	4.031	(1.157)	2.874	3.093
Quebra-Mar	2.22	828.425	(58.493)	769.932	797.440
Canal de acesso marítimo	2.22	451.690	(24.326)	427.364	434.068
Pier - Terminal Portuário	2.22	813.168	(38.323)	774.845	530.851
Equipamentos de segurança	10	14.524	(3.933)	10.591	9.817
Ferramentas e equipamentos operacionais	10 e 5	4.235	-	4.235	3.274
Adiantamentos a fornecedores	-	258	-	258	1.334
Obras em andamento	-	112.838	-	112.838	382.078
Outros	-	10.393	(1.387)	9.006	10.008
		<b>2.329.364</b>	<b>(203.619)</b>	<b>2.125.745</b>	<b>2.182.158</b>

	<b>Taxa de Depreciação anual</b>	<b>Adições</b>	<b>Transf. de Ativos (Condomínio)</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transf. ferências</b>	<b>2017</b>
Custo						
Benefeitorias	4	67.943	351	-	934	69.228
Móveis e utensílios	10	633	41	-	3	677
Veículos	20	904	-	-	-	904
Equipamentos de informática	20	4.514	2.172	-	(107)	6.579
Máquinas e equipamentos	10	4.570	2.266	-	(28)	6.910
Equipamentos eletrônicos	20	5.562	23	(2)	-	5.583
Defensas	10	3.864	-	-	167	4.031
Quebra-Mar	2.22	838.437	4.186	-	(14.198)	828.425
Canal de acesso marítimo	2.22	451.690	-	-	-	451.690
Pier - Terminal Portuário	2.22	556.228	-	-	-	556.228
Equipamentos de segurança	10	12.526	1.998	-	-	14.524
Ferramentas e equipamentos operacionais	10 e 5	3.274	928	-	33	4.235
Adiantamentos a fornecedores	-	1.334	(400)	-	-	258
Obras em andamento	-	382.072	75.408 (22.741)	-	-(321.901)	112.838
Outros	-	10.262	-	-	52	10.314
		<b>2.343.813</b>	<b>86.973</b>	<b>(22.743)</b>	<b>(14.333)</b>	<b>(64.346)</b>
						<b>2.329.364</b>

(a) A principal baixa refere-se a redução ao valor recuperável "impairment" dos corelcos, devido a uma mudança na tecnologia do projeto de quebramar. A nova tecnologia tornou inutilizáveis 4.000 unidades de corelcos, no total de R \$ 14 milhões. (b) Principalmente relacionada a finalização da construção do Pier.

	<b>Taxa de Depreciação anual</b>	<b>Adições</b>	<b>Transf. de Ativos (Condomínio)</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transf. ferências</b>	<b>2017</b>
Depreciação						
Benefeitorias	4	(66.751)	(1.174)	-	-	(67.925)
Móveis e utensílios	10	(295)	(71)	-	-	(366)
Veículos	20	(896)	-	-	-	(896)
Equipamentos de informática	20	(1.456)	(364)	-	-	(1.820)
Máquinas e equipamentos	10	(1.255)	(445)	-	-	(1.700)
Equipamentos eletrônicos	20	(3.272)	(844)	-	-	(4.116)
Defensas	10	(771)	(386)	-	-	(1.157)
Quebra-Mar	2.22	(40.997)	(18.139)	-	642	(58.494)
Canal de acesso marítimo	2.22	(17.622)	(6.704)	-	-	(24.326)
Pier - Terminal Portuário	2.22	(25.378)	(12.945)	-	-	(38.323)
Equipamentos de segurança	10	(2.709)	(1.224)	-	-	(3.933)
Outros	10 e 5	(255)	(308)	-	-	(563)
		<b>(161.651)</b>	<b>(42.604)</b>	-	<b>642</b>	<b>(203.619)</b>



31 de dezembro de 2009. A receita será reconhecida ao longo do termo do contrato. Após o início das operações em outubro de 2014, iniciou-se a amortização mensal destes valores reconhecido como outras receitas. (e) Refere-se à cessão de suprimento de energia elétrica com a Light e cobranças entre companhias. **Vencimento e juros.** Os mútuos estão sujeitos a juros anuais de 100% do CDI mais 2% ao ano e não possuem cláusulas restritivas (*covenants*) ou garantias. A Companhia amortizará os saldos em aberto, incluído os juros, até no máximo 31 de dezembro de 2030. As transações que afetam o lucro ou prejuízo são as seguintes:

	<b>Receitas (despesas)</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Receita</b>		
AAMFB - take-or-pay agreement	571.380	541.535
Açu Petróleo	11.845	7.969
<b>Despesas/Custos</b>		
Anglo American	(22.813)	(18.605)
<b>Despesas Financeiras</b>		
Juros sobre empréstimos		
Prumo Participações e Investimentos	(97.915)	(138.232)
Anglo American Capital London	(91.783)	(109.850)
Anglo American Investimentos Minério de Ferro Ltda.	-	(8.065)
AAMFB - Minas Rio	-	(6.540)
Anglo American Participações em Minério de Ferro Ltda.	(2.033)	(10.759)
	<b>368.681</b>	<b>257.453</b>

Reconciliação de ativos e passivos com as atividades de financiamento dos fluxos de caixa:

	<b>Passivo</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Empréstimos com partes relacionadas - Total</b>	<b>1.970.161</b>	
(Em milhares de reais)		
<b>Saldo inicial em 31 de Janeiro de 2017</b>		<b>1.970.161</b>
Variação no caixa		
Juros pagos	(204.331)	
Imposto de renda sobre mútuo	(38.487)	
Operações de mútuo liquidadas	(141.530)	
<b>Variação total nas atividades de financiamento</b>	<b>(384.348)</b>	
Variações não caixa		
Despesas financeiras (juros apropriados)	191.634	
Outros	(394)	
<b>Total de outras variações não caixa relacionadas ao passivo</b>	<b>191.240</b>	
<b>Saldo final em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>1.777.053</b>	

A remuneração dos principais executivos é demonstrada a seguir:

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Diretores		
Salários e encargos	3.273	4.290
12 Impostos a pagar	<b>2017</b>	<b>2016</b>
PIS e COFINS	5.127	5.086
ISS	167	230
Imposto de renda e contribuição social (*)	51.454	32.566
Outros	745	43
	<b>57.493</b>	<b>37.925</b>
Circulante	24.040	6.099
Não circulante (*)	33.453	31.826

(\*) Refere-se ao imposto de renda sobre depósito judicial descrito na nota 7, e ao PERT (Programa de regularização tributária). **13 Provisão para contingências.** A Companhia está sujeita a processos legais envolvendo questões civis e administrativas decorrentes do curso normal de suas atividades. A Companhia classificou como perda provável os seguintes valores:

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Causas trabalhistas	1.256	1.555
Causas tributárias	1.178	1.024
Causas cíveis	502	246
	<b>2.936</b>	<b>2.825</b>

De acordo com os assessores jurídicos, os principais processos classificados como perda possível são:

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Causas trabalhistas	4.979	6.779
Causas tributárias	12.882	4.999
Causas cíveis (a)	170.829	176.406

(a) Impactado principalmente pelos processos da ARG/Civilport e Arcoenge nos montantes de R\$ 130,380 e Arcoenge R\$ 34,822. Ambas as empresas reivindicam a quebra de contratos (Contratos de Lump Sum e Turn Key) e os custos relacionados com a desmobilização. **14 Patrimônio líquido. Capital social.** A estrutura acionária da Companhia em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 é demonstrada a seguir:

	<b>Quantidade de ações</b>	<b>%</b>
Prumo Participações e Investimentos S.A. (a)	539.988	50
Anglo American Investimentos - Minério de Ferro Ltda.	539.988	50
	<b>1.079.976</b>	<b>100</b>

Reservas. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, a reserva legal, que se destina a assegurar a integridade do capital social, e que somente pode ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social, está configurado em uma base anual de 5% do lucro líquido para o ano e não pode exceder 20% do capital social. De acordo com a recomendação do Comitê Financeiro em 05 de dezembro de 2017, a Companhia destinou os lucros acumulados na razão de 5% para reserva legal no montante de R\$ 3.908 e R\$ 74.247 para reservas de contingências. **Dividendos.** O Acordo de acionistas determina que os dividendos somente serão distribuídos após a liquidação total dos empréstimos com partes relacionadas.

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>15 Receita líquida dos serviços</b>		
Receita bruta	580.358	613.082
Instrumentos financeiros derivativos – liquidação (a)	8.613	4.256
Impostos sobre receita bruta - PIS/COFINS	(53.683)	(56.710)
Impostos sobre serviços – ISS	(11.607)	(12.262)
Receita líquida dos serviços	<b>523.681</b>	<b>548.366</b>

(a) Conforme IAS 39, o montante referente a liquidação dos instrumentos financeiros derivativos até 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 8.613 (R\$ 4.256 em 31 de dezembro de 2016). Estes valores foram alocados como receita operacional considerando a estratégia de fluxo de caixa.

### Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselho de Administração e Administração da Ferroport Logística Comercial Exportadora S.A. Rio de Janeiro - RJ. **Opinião.** Examinamos as demonstrações financeiras da Ferroport Logística Comercial Exportadora S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ferroport Logística Comercial Exportadora S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração**

### 16 Custo dos serviços

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Despesa com pessoal e encargos	(43.448)	(38.740)
Depreciação e amortização	(30.193)	(38.706)
Serviços de terceiros	(21.378)	(27.305)
Aluguéis e locações	(5.868)	(6.429)
Seguros	(4.104)	(4.444)
Consumíveis – peças de reposição	(36.278)	(29.815)
Outros	(447)	(5.021)
	<b>(141.716)</b>	<b>(150.429)</b>

### 17 Despesas gerais e administrativas

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Despesa com pessoal e encargos	(13.877)	(11.842)
Serviços de terceiros	(7.876)	(4.833)
Depreciação e amortização	(7.529)	(5.447)
Seguros	(84)	(78)
Despesas de viagem	(391)	(511)
Aluguéis e locações	(335)	(642)
Outros	(2.358)	(3.098)
	<b>(32.450)</b>	<b>(26.451)</b>

### 18 Outras receitas (despesas) operacionais

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Energia elétrica não consumida (a)	13.539	6.404
Receita diferida – direito de uso	1.991	1.991
Outros	885	421
	<b>16.415</b>	<b>8.816</b>

(a) Refere-se ao ganho com a negociação de energia elétrica não consumida com a CCEE – *Câmara de Comercio de Energia Elétrica* e outras comercializadoras de energia.

### 19 Resultado financeiro

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Despesas financeira		
Impostos sobre transações financeiras (IOF)	(385)	(543)
Juros – mútuos	(191.731)	(273.605)
Parcela inefetiva do instrumento de hedge	(369)	-
Juros sobre PERT (Programa de regularização tributária)	(4.927)	-
Outros	(2.106)	(2.403)
	<b>(199.518)</b>	<b>(276.551)</b>

Receita Financeira		
Variação cambial	-	50
Parcela inefetiva do instrumento de hedge	-	357
Receitas financeiras	8.200	10.819
	<b>8.200</b>	<b>11.226</b>

Resultado financeiro líquido **(191.318)** **(265.325)**

**20 Compromissos assumidos.** A Companhia assumiu compromissos futuros no montante de R\$ 110.832 (R\$ 154.779 em 31 de dezembro de 2016), e estes devem ser realizadas no curso das operações. **21 Instrumentos financeiros derivativos.** A Companhia está envolvida em transações com instrumentos financeiros gerenciados por meio de estratégias operacionais e controles internos voltados para a liquidez, rentabilidade e proteção. A política de controle consiste no monitoramento permanente da taxa contratada versus as taxas de mercado em vigor. A estratégia de hedge é para proteger a Companhia da flutuação do dólar, garantindo assim, o fluxo de caixa operacional. A Companhia não faz investimentos especulativos em derivativos ou quaisquer outros ativos com alto risco. Os instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2017 são os seguintes:

Valor Nocial	Taxa	Venci-	MTM em	Impacto em	
				milhares de R\$	Impacto na DRE
USD	Dólar	mento	Ativo	ORA (parcela efetiva)	(parcela inefetiva)
15,500	3.2950	Jan/18	(134)	(201)	(1)
15,500	3.2780	Fev/18	(606)	(562)	(11)
			(740)	(763)	(12)

	<b>Fluxo de caixa esperado</b>			
	<b>2017</b>	<b>1-6 meses</b>	<b>6-12 meses</b>	<b>Mais de 1 ano</b>
Non-deliverable foward (NDF)				
Ativos	-	-	-	-
Passivos	775	775	775	-
	<b>775</b>	<b>775</b>	<b>775</b>	<b>-</b>

Em 31 de dezembro de 2017 o montante liquidado de instrumentos financeiros derivativos foi de R\$ 8.613 (R\$ 4.256 em 31 de dezembro de 2016), que foi considerado como receita operacional em função da estratégia de fluxo de caixa, alinhado com a IAS 39. Os valores estimados de realização dos ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de avaliação. Entretanto, foram necessárias a avaliação e interpretação dos dados de mercado para o desenvolvimento de estimativa mais adequada para o valor realizável. Consequentemente, as estimativas não indicam necessariamente os valores que poderiam ser realizados atualmente no mercado de câmbio. Os ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são os seguintes:

Classificação	<b>2017</b>		<b>2016</b>	
	Valor Contábil	Nível Mensura-hierár-quico	Valor Contábil	Nível Mensura-hierár-quico
Ativos				
<b>Valor justo por meio do resultado</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	25.028	2	32.580	
Instrumentos financeiros derivativos	-	2	3.303	Valor Justo
<b>Empréstimos e recebíveis</b>				
Contas a receber com partes relacionadas	97.065	Custo amortizado	132.317	Custo amortizado
Passivos				
<b>Outros passivos financeiros</b>				
Fornecedores	41.751	Custo amortizado	39.032	Custo amortizado
Empréstimos de partes relacionadas	1.777.054	Custo amortizado	2.197.161	Custo amortizado
Instrumento financeiro derivativo	775	Valor Justo	2	

**Classificação**

Ativos

**Valor justo por meio do resultado**

Caixa e equivalentes de caixa

Instrumentos financeiros derivativos

**Empréstimos e recebíveis**

Contas a receber com partes relacionadas

Passivos

**Outros passivos financeiros**

Fornecedores

Empréstimos de partes relacionadas

Instrumento financeiro derivativo

**Classificação**

Ativos

**Valor justo por meio do resultado**

Caixa e equivalentes de caixa

Instrumentos financeiros derivativos

**Empréstimos e recebíveis**

Contas a receber com partes relacionadas

Passivos

**Outros passivos financeiros**

Fornecedores

Empréstimos de partes relacionadas

Instrumento financeiro derivativo

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

**tração e da governança pelas demonstrações financeiras.** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto,

Level 1: preços negociados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; Level 2 inputs, exceto preços negociados em mercados ativos incluídas no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); Level 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Administração da Companhia entende que os valores justos não diferem significativamente dos valores contábeis devido às suas características e datas de vencimento. As transações financeiras da Companhia estão sujeitas aos seguintes fatores de risco: **Risco cambial.** Risco de flutuação nas taxas de câmbio às quais podem estar associados a ativos e passivos da Companhia. A Companhia trabalha no gerenciamento do risco cambial para identificar e mitigar os riscos associados à oscilação do valor das moedas às quais estão associados ativos e passivos. Atualmente, a única transação denominada em dólar é o contrato *take-or-pay*, convertido em reais no momento do faturamento. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia mantém a estratégia de hedge para se proteger da oscilação do dólar garantindo assim o fluxo de caixa das receitas operacionais. Segue abaixo tabela com a exposição ao risco cambial do balanço:

	<b>2017</b>		<b>2016</b>	
	<b>R\$</b>	<b>USD</b>	<b>R\$</b>	<b>USD</b>
Contas a receber de partes relacionadas	96.307	29.913	98.442	29.780
Exposição líquida do balanço patrimonial	96.307	29.913	98.442	29.780

**Risco de liquidez.** A tabela abaixo apresenta os principais passivos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2016. Estes valores são brutos e não são descontados, e incluem pagamentos de juros estimados, e excluem os impactos de compensações dos acordos.

	<b>A Até 6 meses</b>		<b>Até 1 ano até 5 anos</b>		<b>Acima de 5 anos</b>		<b>Total</b>
	<b>vencer</b>	<b>meses</b>	<b>ano</b>	<b>até 5 anos</b>	<b>5 anos</b>	<b>Total</b>	
Passivos financeiros							
Instrumentos financeiros derivativos	775	-	-	-	-	-	775
Fornecedores	-	41.751	-	-	-	-	41.751
Partes relacionadas - Empréstimos	210.102	157.425	345.807	1.796.189	-	-	2.509.523
Total por faixa de vencimento	<b>210.877</b>	<b>199.176</b>	<b>345.807</b>	<b>1.796.189</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.552.049</b>

Os acionistas da Companhia têm apoiado a implementação do plano de negócios. Até dezembro de 2017, os recursos adicionais necessários para que a Companhia finalize a construção do porto foi financiada por seus acionistas. O Capex remanescente até a finalização do projeto será pago pela geração de caixa da Companhia e pelos acionistas quando exigido pelo Acordo. **Risco de crédito.** Este risco decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. A Companhia adota como prática a análise de "rating" das instituições financeiras através de relatórios de créditos elaborados pelas principais agências com objetivo de classificar e acompanhar sistematicamente o risco e a performance de cada banco. Os saldos expostos a riscos de crédito são os seguintes:

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Instrumentos financeiros	25.028	32.580
Equivalentes de caixa	97.065	132.317
Contas a receber (partes relacionadas)	122.093	164.897

Para o ano findo em 31 de dezembro de 2017, a receita com serviços da Companhia está inteiramente relacionada aos serviços prestados a partes relacionadas e caixa e bancos e equivalentes de caixa são investidos em bancos com rating no mínimo A. **Gerenciamento de capital.** Os recursos da Companhia para desenvolver seu plano de negócios foram financiados integralmente por meio de contribuições de capital e empréstimos dos acionistas. A tesouraria da Companhia monitora os recursos necessários para capital de giro e investimentos, que são disponibilizados pelos acionistas em cada mês. A Companhia iniciou suas operações em outubro de 2014 e desde então começou a gerar caixa operacional; os recursos adicionais necessários para a conclusão da construção do porto também serão financiados pelos acionistas por meio de empréstimos adicionais quando exigido pelo Acordo e pela geração de caixa operacional. **22 Cobertura de seguros.** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. Os valores dos capitais segurados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 eram os seguintes:

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Danos materiais e lucros cessantes	2.299.900	4.697.252
Responsabilidade Civil	165.410	162.955
Responsabilidade Civil Ambiental	30.000	30.000
D&O	60.000	60.000

Eventos subsequentes. Vazamento no mineroduto. Em 12 de março de 2018, foi identificado pela Anglo American um vazamento no mineroduto, sem impacto nas operações da Ferroport. Em 29 de março de 2018, um segundo vazamento foi identificado, e conforme divulgado pela Anglo American, as operações de bombeamento do minério de ferro foram suspensas por aproximadamente 90 dias, retornando após inspeção completa em toda a extensão do duto. A administração da Ferroport está avaliando possíveis impactos em suas operações.

**Carsten Bosselmann** - Diretor Presidente e Operações  
**Marcelo Amaral Palladino** - Diretor Financeiro  
**Douglas dos Santos Guimarães** - Contador - CRC-RJ-110416/O-0

possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.